

Gastos Ambientais em Empresas Brasileiras: Um Estudo Empírico

Clarete De Itoz Rodrigues

Jose Luis De Castro Neto

Resumo:

Melhorar a capacidade de informações é um desafio da moderna gestão. Os aspectos da capacidade informativa das empresas inclui, também a evidenciação dos gastos com a preservação ambiental. Tal requer senso aguçado de responsabilidade social e o reporte público de medidas que esta pode tomar respeitando a relação homem-natureza. As informações de caráter ambiental são reportadas de forma irregular e espontânea por empresas brasileiras cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA -, objetos deste trabalho. Faz-se, aqui, estudo qualitativo-exploratório e descritivo da maneira como as informações foram disponibilizadas ao mercado, durante o ano de 2004. Este trabalho pretende identificar os gastos ambientais que são divulgados em empresas brasileiras. Os resultados demonstram que existem basicamente três grupos de empresas: 1) as que não fazem qualquer referência à gastos ambientais; 2) outras que mencionam a questão ambiental, sem atribuir valores em seus relatórios, e 3) aquelas que evidenciam projetos e gastos ambientais em curso, discriminando valores. O estudo conclui que a evidenciação de gastos ambientais nas empresas estudadas ocorre de forma voluntária, irregular e espontânea, o que prejudica a comparação entre elas.

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Gastos Ambientais em Empresas Brasileiras: Um Estudo Empírico

Prof. Dr. José Luis de Castro Neto (Universidade Regional de Blumenau – Brasil) njcastro@furb.br
Clarete de Itoz (Fundação Visconde de Cairu – Brasil) clareterodrigues@hotmail.com

Resumo

Melhorar a capacidade de informações é um desafio da moderna gestão. Os aspectos da capacidade informativa das empresas inclui, também a evidenciação dos gastos com a preservação ambiental. Tal requer senso aguçado de responsabilidade social e o reporte público de medidas que esta pode tomar respeitando a relação homem-natureza. As informações de caráter ambiental são reportadas de forma irregular e espontânea por empresas brasileiras cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA -, objetos deste trabalho. Faz-se, aqui, estudo qualitativo-exploratório e descritivo da maneira como as informações foram disponibilizadas ao mercado, durante o ano de 2004. Este trabalho pretende identificar os gastos ambientais que são divulgados em empresas brasileiras. Os resultados demonstram que existem basicamente três grupos de empresas: 1) as que não fazem qualquer referência à gastos ambientais; 2) outras que mencionam a questão ambiental, sem atribuir valores em seus relatórios, e 3) aquelas que evidenciam projetos e gastos ambientais em curso, discriminando valores. O estudo conclui que a evidenciação de gastos ambientais nas empresas estudadas ocorre de forma voluntária, irregular e espontânea, o que prejudica a comparação entre elas.

Palavras chaves: Contabilidade, Gastos ambientais, Evidenciação.

Área temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

1. Introdução

1.1 Contextualização e problema

Até recentemente, uma das únicas metas das empresas era o lucro. Para viabilizar o alcance dessa meta, a empresa focava sua gestão no equacionamento de variáveis, como a geração de receitas, redução de gastos, mudança de fornecedores, além de outras medidas administrativas. Pode-se dizer que os clientes e fornecedores de então provavelmente não eram tão exigentes como os atuais, no sentido de exigir da empresa atitudes contributivas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde instalada.

Observa-se, nestes primeiros anos do século XXI, que os negócios estão sendo orientados por ciclos e os valores da empresa são adaptados segundo as demandas desses ciclos. Para se adaptarem aos novos ciclos e implementarem novas formas de produzir que satisfaçam às necessidades de uma melhor qualidade de vida, as empresas também mudam a forma de divulgação de informações, para assim gerar valor e dar continuidade a sua missão de produzir com responsabilidade social.

Evidências apontam para a importância crescente do fator “sustentabilidade” como direcionador dos negócios. Assim, as organizações começam a estudar formas de produzir ou implementar ações com o mínimo de agressão ao ecossistema ambiental. Essa tendência é crescente nas empresas brasileiras, uma vez que empresas de outros países, mormente as européias, cada vez mais se utilizam desse mecanismo de divulgação.

O crescente número de transações de empresas no mercado internacional e a necessidade de elas seguirem as variadas legislações tornaram a questão ambiental assunto necessário nas pautas das organizações. A tendência mundial observada tem sido a de que as empresas assumam suas responsabilidades com a preservação do meio ambiente; nesse contexto torna-se cada vez mais difícil gerir empresas sem preocupação com questões relativas ao meio ambiente.

Acredita-se que a evidenciação de política de responsabilidade ambiental da empresa possa impulsionar a procura por ações dessas empresas no mercado, já que tal procedimento constitui-se em diferencial qualitativo para aquelas que necessitam capitalizar-se via aumento de capital próprio.

NOVAES *apud* DONAIRE (1999 p.34) escreve: “Atitudes e medidas racionais para proteger e conservar o meio ambiente tornam-se rapidamente condição *sine qua non* para bons negócios e para a própria sobrevivência da empresa no mercado”.

Pode-se afirmar que o uso indiscriminado da natureza, pelas empresas, indústrias e pessoas, ao longo do tempo, contribuiu para a escassez dos recursos naturais, daí a questão ambiental tornar-se relevante para governos, empresas e indivíduos.

A sistematização de apuração dos gastos ambientais tem tido papel fundamental nas estratégias das organizações, em virtude do crescente importância dos movimentos em prol de questões ambientais, aliado à pressão pela obtenção de certificações de qualidade (ISO 14.000, por exemplo). Estas certificações fazem com que as empresas se posicionem no mercado de forma afirmativa, correspondendo assim aos anseios dos seus clientes, dos seus usuários e da sociedade.

Este trabalho faz estudo comparativo da evidenciação de gastos ambientais por empresas cotadas na BOVESPA, avaliando a extensão e conteúdo dessas informações. Tal levantamento pode servir para revelar o grau de responsabilidade social em que as empresas analisadas estão envolvidas.

O detalhamento e o conhecimento dos gastos ambientais permitem que as organizações se programem e se estruturem para produzir informações úteis a comunidade e, a partir daí, tracem estratégias de mercado mais eficientes, focado nas premissas do desenvolvimento sustentável. Acredita-se que uma tarefa relevante da gestão empresarial seja assegurar que as informações relativas aos custos ambientais sejam considerados na tomada de decisão.

A classificação de um custo como “ambiental” pode ser subjetiva, já que nada existe que classifique formalmente um gasto em ambiental ou não. A fim de evitar ambigüidades, é apropriado que a empresa inclua em seus relatórios sua própria definição de custo ambiental, como apresentado no relatório anual da *Norsk Hydro ASA e Subsidiárias* (1997): “*Gastos ambientais que aumentam a vida útil, a capacidade, ou resultam em melhoria da segurança ou da eficiência de uma instalação são ativados. Gastos relacionados a problemas causados por operações passadas são considerados como custo*”.

O relatório anual da *Eastman Kodak Company* (1997), por sua vez, classifica os gastos ambientais como “custos”, se estão relacionados a despesas contínuas na manipulação de substâncias tóxicas, e em “ativos” os investimentos em equipamentos para limitar ou monitorar a produção de substâncias poluentes.

O implemento de política e conseqüentes gastos para preservar a natureza previnem desastres ambientais, visto que tais políticas traduzem-se em obrigação da empresa para com a comunidade.

A evidenciação de gastos ambientais pelas empresas listadas na BOVESPA faz parte de um processo de transparência de informações conhecido como *full disclosure*. Este movimento

parte da premissa de que um maior *disclosure* agrega valor a empresa, pois a informação pode ser assim entendida como um produto da empresa.

As questões a serem exploradas neste trabalho podem ser assim formuladas:

- Quais foram os gastos de caráter ambiental evidenciado pelas empresas brasileiras que possuem ações negociadas na BOVESPA, no ano de 2004, e que estão classificadas na lista das 500 Maiores e Melhores Empresas da Revista Exame?
- Quais foram os gastos de caráter ambiental evidenciados pelas empresas brasileiras que possuem ações negociadas na BOVESPA, no ano de 2004, e que publicam seu Balanço Social conforme modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) ?
- Qual o grau de detalhamento desses gastos?
- Qual a diferenciação qualitativa entre as empresas que divulgam gastos de caráter ambiental e outras empresas que não o fazem?

1.2 Objetivos

Os objetivos deste trabalho são:

- Identificar e evidenciar os gastos de caráter ambiental divulgados pelas empresas que possuem ações negociadas na BOVESPA, no ano de 2004, e que estão classificadas na lista das 500 Maiores e Melhores Empresas da revista Exame.
- Identificar e evidenciar os gastos de caráter ambiental divulgados pelas empresas que possuem ações negociadas na BOVESPA, no ano de 2004, e que publicam seu Balanço Social conforme modelo do IBASE.
- Salientar as diferenças qualitativas entre as empresas que evidenciam gastos de caráter ambiental e empresas que não o fazem.

2. Metodologia

2.1 Participantes, materiais e procedimentos

Esta pesquisa é realizada em 46 empresas escolhidas por conveniência, sendo: (a) 29 empresas, classificadas pela revista Exame entre as 500 melhores em termos de lucratividade, crescimento e vendas, que possuem ações negociadas na BOVESPA; e (b) 17 empresas que disponibilizam seu Balanço Social no Banco de dados do Instituto Ethos (www.balancosocial.org.br) e são enquadradas nos Níveis 1 e 2 e Novo Mercado de Governança Corporativa da BOVESPA. As empresas encontram-se enquadradas nos 17 segmentos seguintes: Água e Saneamento, Alimentos, Bancos, Bebidas, Carnes e Derivados, Comércio, Energia Elétrica, Fumo, Gás, Madeira e Papel, Material de Transporte, Material Rodoviário, Mineração, Metalurgia e Siderurgia, Petróleo e Gás, Telefonia Fixa e Transporte Aéreo. Os documentos analisados referem-se ao ano de 2004. Os relatórios analisados pertencem às empresas abaixo:

Empresas	Segmento de atuação
Petróleo Brasileiro e Empresas de Petróleo Ipiranga	Petróleo e Gás
Companhia Vale do Rio Doce	Mineração
Grupo Gerdau, Usinas Siderúrgica de Minas e Confab Industrial S.A.	Metalurgia e Siderurgia
Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose, Duratex, Votorantim	Madeira e Papel
Empresas Brasileira de Aeronáutica	Material de Transporte
Gol Linhas Aéreas, TAM Linhas Aéreas, Viação Aérea Rio-Grandense	Transporte Aéreo
Bunge Alimentos	Alimentos
Companhia de Bebidas das Américas	Bebidas
Companhia de Cigarros Souza Cruz	Fumo
Grupo Pão de Açúcar	Comércio
Brasil Telecom, Empresa Brasileira de Telefonia, Telefônica, Grupo Telemar	Telefonia Fixa
Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia Paranaense de Energia	Energia Elétrica
Eletrecidade de São Paulo, Tractebel Energia	Energia Elétrica
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Companhia de Saneamento do Paraná	Água e Saneamento
CEG	Gás

Fonte: www.bovespa.com.br

Quadro 1 – Grupo das empresas melhores em lucratividade Cotadas na BOVESPA, com relatórios analisados

Empresas	Segmento de atuação
Cia Energética de Mina Gerais, Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista, CPFL Energia, Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A	Energia Elétrica
Fras-Le S/A, Marcopolo S/A	Material de Transporte
Itausa Investimentos Itaú S/A, Unibanco União dos Bancos Brasileiros S/A	Bancos
Perdigão S/A, Sadia S/A	Carnes e Derivados
Randon S/A Implementos e Participações	Material Rodoviário

Fonte: www.in

Quadro 2- Grupo das empresas listadas no Instituto Ethos, Cotadas nos Níveis 1, 2 e Novo Mercado de Governança Corporativa na BOVESPA, com relatórios analisados

Como material de pesquisa, tem-se informações colhidas nos *websites* da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e das empresas, individualmente. Pesquisa-se também nos seguintes documentos publicados pelas empresas: relatórios anuais, pareceres de auditoria, balanços sociais, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, comunicações das empresas ao mercado e em nas informações colhidas na imprensa especializada. Analisa-se, igualmente, as informações arquivadas na *Securities and Exchange Commission*, SEC, das empresas estudadas; as informações arquivadas na CVM, e os relatórios ambientais e de sustentabilidade, do ano de 2004 das empresas.

As variáveis empregadas neste estudo estão separadas em categorias e subdivididas conforme abaixo:

a. Tratamento de emissões e resíduos:

- depreciação do equipamento
- materiais auxiliares e de manutenção e serviços
- pessoal
- taxas, impostos e encargos
- multas e penalidades
- seguro e responsabilidades ambientais
- provisão para custos de descontaminação e remediação.

b. Prevenção e gestão ambiental

- serviços externos de gestão ambiental
- pessoal para atividades gerais de gestão ambiental
- investigação e desenvolvimento
- despesas-extras de tecnologias de produção mais limpa
- outros custos de gestão ambiental

c. Custos de compra do material *output* não-produtos

- matérias-primas
- embalagens
- matérias secundárias
- matérias auxiliares
- energia
- água

3. Gestão Ambiental

As empresas têm se posicionado quanto a questão ambiental de diferentes modos: desde um ceticismo de quem não acredita nos benefícios resultantes do seu envolvimento com a questão social, até um posicionamento pró-ativo, seguido de uma atitude eco-empresarial. De outra forma, variadas razões orientam administradores a pensarem nas questões sócio-ambientais: obediência às leis, eficácia em custos, vantagem competitiva, opinião pública e pensamento de longo prazo, reputação, entre outros.

Neste sentido, a gestão ambiental pode ser definida como sendo um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais que levam em conta a saúde, a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente através da eliminação ou minimização de impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos ou atividades, incluindo-se todas as fases do ciclo de vida de um produto.

A gestão ambiental, segundo ANDRADE *et al* (2000), deve ser dotada de visão sistêmica, global e abrangente, visualizando as relações de causa e efeito, com suas inter-relações entre recursos captados e valores obtidos. Esta visão sistêmica, abrangente, permite elaborar análise num cenário de longo prazo, caracterizando os objetivos institucionais e suas estratégias para atingi-los.

Uma eficiente gestão ambiental das empresas deve envolver responsabilidades norteando ações e consciência integral do ciclo: criação, planejamento, produção, distribuição, consumo e descarte. O compromisso sócio-ambiental das empresas envolve, antes de tudo, responsabilidade, comprometimento, transparência e capacidade de ação, gerenciando riscos e prevendo algo que possa sair errado.

O quadro abaixo fornece uma visão da gestão ambiental a partir de seus componentes: gestão de processos, gestão de resultados, gestão de sustentabilidade e gestão do plano ambiental.

GESTÃO AMBIENTAL			
Gestão de Processos	Gestão de Resultados	Gestão de Sustentabilidade	Gestão do Plano Ambiental
Exploração de recursos	Emissões gasosas	Qualidade do ar	Princípios e compromissos
Transformação de recursos	Efluentes líquidos	Qualidade da água	Política ambiental
Acondicionamento de recursos	Resíduos sólidos	Qualidade do solo	Conformidade legal
Transporte de recursos	Particulados	Abundância e diversidade da flora	Objetivos e metas
Aplicação e uso de recursos	Odores	Abundância e diversidade da fauna	Programa ambiental
Quadros de riscos ambientais	Ruídos e vibrações	Qualidade de vida do ser humano	Projetos ambientais
Situações de emergência	Iluminação	Imagem institucional	Ações corretivas e preventivas

Fonte: Macedo, R.K. 1994.

Quadro 3 – Visão geral da gestão ambiental

4. Gastos Ambientais

Em termos gerais, custos e despesas podem ser definidos como gastos utilizados na condução da atividade empresarial. Especificamente, considera-se *custo* como gastos incorridos com o processo operacional; *despesas* são gastos inerentes às outras áreas da empresa, como área administrativa e que são realizados para a produção de uma receita.

Os dispêndios de caráter ambiental incluem os custos das medidas tomadas por uma entidade, ou em seu nome, por outras entidades, para evitar, reduzir ou reparar danos de caráter ambiental, decorrentes de sua atividade. Estes custos incluem, entre outros a eliminação de resíduos ou iniciativas destinadas a evitar a sua formação, a proteção dos solos e das águas superficiais e subterrâneas, a preservação do ar puro e das condições climáticas, a redução do ruído e a proteção da bio-diversidade e da paisagem.

4.1 Os Custos Ambientais

CARVALHO (2000) define “custos ambientais” como gastos, ou consumo de ativos, realizados para proteger o meio ambiente. Segundo ele, tais gastos são classificados em função da sua vida útil, ou seja, baseados em características referentes à amortização, exaustão e depreciação, aquisição de insumos que auxiliam no controle da emissão de efluentes, resíduos de produtos, tratamento e recuperação de áreas contaminadas, mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação e restauração do meio ambiente.

Os custos compreendem todos os gastos relacionados direta ou indiretamente com a proteção do meio ambiente, como:

- todas as formas de registro com depreciação, amortização e exaustão dos valores relativos aos ativos ambientais possuídos pela companhia;
- aquisição de insumos próprios para controle/redução/eliminação de poluentes;
- tratamento de resíduos dos produtos;
- disposição dos resíduos poluentes;
- tratamentos de recuperação/restauração de áreas contaminadas;
- mão-de-obra utilizada nas atividades de controle/preservação/ recuperação do meio ambiente.

A ONU (UN-ISAR 1997) ressalta que os limites dos custos não são estáticos. Legislações e novas metodologias de mensuração podem impor obrigações às empresas para empreender ações específicas, para as quais não havia, anteriormente, qualquer exigência.

Os custos incorridos suscetíveis de produzir efeitos benéficos para o meio ambiente, mas cujo objetivo principal consiste em dar respostas a outras necessidades, como por exemplo: aumento da rentabilidade, sanidade e a segurança nos locais de trabalho, segurança na utilização dos produtos da entidade, ou a eficiência produtiva, devem ser excluídos do conceito de dispêndios de caráter ambiental.

Neste mesmo sentido, custos incorridos por multas e outras penalidades, devido ao não cumprimento da regulação ambiental, bem como indenizações a terceiros em consequência de perdas ou danos provocados pela poluição ambiental, deverão ser excluídos do conceito de dispêndios de caráter ambiental, mas deverão ser divulgados em notas explicativas ao Balanço e Demonstração do Resultado.

Pode-se afirmar que alguns custos podem ser parcialmente de natureza ambiental. Exemplificando, um equipamento pode ser adquirido para auxiliar a retificação, estabilização ou contenção de danos ao meio ambiente e melhorar a eficiência total do negócio. Neste caso é necessário fazer uma análise do custo/benefício da identificação e segregação do custo ambiental.

4.2 Despesas Ambientais

HENDRIKSEN (1999:232) coloca que “*despesas representam as variações desfavoráveis dos recursos da empresa, ou seja, são as reduções de lucro*”. Tratam-se do uso ou consumo de bens e serviços no processo de obtenção de receitas.

O *FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD* (FASB) define o termo “despesa” “*como saídas ou outros usos de ativos ou ocorrências de passivos (ou ambos) para entrega ou produção de bens, prestação de serviços, ou execução de outras atividades que representam as operações principais em andamento da entidade*”.

De acordo com SOUZA (2004), as despesas ambientais são vistas por dois ângulos: (a) modelo de conformidade, em que elas são custos ou taxas para poder conduzir os negócios de uma sociedade, e nunca como um investimento no desenvolvimento de uma vantagem competitiva; e (b) modelo estratégico em que as despesas ambientais são vistas como investimentos na criação de vantagens competitivas. O principal foco é a criação de valor através de uma estratégia na diferenciação.

5. Critério de reconhecimento dos gastos ambientais

Os dispêndios de caráter ambiental devem ser reconhecidos como gastos no período em que são incorridos. Já os dispêndios relacionados com danos que ocorreram num exercício anterior não podem qualificar-se como ajustamentos de exercícios anteriores, mas devem ser registrados como gastos no exercício corrente, ou seja, no exercício durante o qual foram reconhecidos.

Os custos ambientais devem ser reconhecidos no período em que forem identificados pela primeira vez. Em alguns casos, um custo ambiental pode estar relacionado a danos que ocorreram em períodos anteriores. Por exemplo, danos ambientais causados a uma propriedade antes de sua aquisição, um acidente acontecido em período anterior e que agora requer limpeza, disposição ou tratamento de um lixo tóxico criado em um período anterior.

Caso não seja possível separar os custos de caráter ambiental relativamente dos outros custos nos quais possam estar integrados, pode-se fazer uma estimativa para a sua mensuração, na

condição de que a quantia obtida satisfaça o requisito de ter como objetivo principal a prevenção, a redução ou o reparo dos danos ambientais.

6. A questão da evidenciação (*disclosure*) de dados ambientais

A contabilidade ambiental tem por objetivo registrar e controlar, toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente, bem como, toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos.

Assim entende-se que os demonstrativos contábeis ambientais devem garantir informações fidedignas evidenciando o que for necessário, a fim de torna-los sofisticados, interpretados a fim de determinar a utilidade da informação.

Os dispêndios e as receitas ambientais devem ser registrados em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade mediante adoção de procedimentos específicos. Em geral, uma apresentação adequada é conseguida pelo atendimento, em todos os aspectos significativos, às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Uma apresentação adequada exige:

- a) seleção e aplicação de práticas contábeis adotadas no Brasil;
- b) apresentação de informações relevantes confiáveis, comparáveis e compreensíveis; e
- c) divulgações adicionais suficientes para permitir que os usuários entendam o impacto de transações ou eventos específicos sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e o fluxo de caixa (ou origens e aplicações de recursos) da entidade.

A CVM no que tange a orientação sobre a elaboração das informações contábeis pelas companhias abertas (OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP Nº 01/2005) diz que escolha de "o que" divulgar, "como" divulgar e "o quanto" divulgar é um exercício de bom senso empresarial, ética e subjetividade. Não há regras objetivas que, uma vez atendidas, preencham todos os requisitos de uma boa divulgação; tais requisitos são construídos, primariamente, por administradores, contadores e auditores capazes, que exercem um subjetivismo responsável na formulação de políticas contábeis e na decisão da divulgação a ser feita.

Com relação à quantidade de evidenciação Iudícibus (2000:117) diz que "... toda informação para o usuário precisa ser ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado". O sentido da evidenciação é que as informações contábeis devem ser significativas a fim de tornar os demonstrativos entendidos plenamente.

A clara evidenciação dos gastos decorrentes da questão ambiental se constitui uma das principais preocupações da contabilidade ambiental. Para que os investimentos nesta área sejam demonstrados de maneira adequada, é necessária a utilização dos relatórios contábeis, principalmente do Balanço Social, que tem como objetivo principal demonstrar o grau de envolvimento das organizações em relação à sociedade que as acolhe, devendo-se, através dele, provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agregam valor à economia e à sociedade, respeitam os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, desenvolvem seu processo operacional sem agredir o meio ambiente.

Mesmo representando importante instrumento de divulgação, uma pesquisa realizada por Martins (1999, p. 11) verificou que as informações referentes ao meio ambiente são as que menos são evidenciadas no Balanço Social, constatando também que foram encontradas poucas informações

que levassem a conclusões sólidas sobre como as empresas estão investindo, em termos de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Embora, no Brasil, não exista obrigatoriedade na publicação dos efeitos ambientais que uma empresa provoque, Ribeiro e Lisboa (1999, p. 2-7) sugerem duas formas de evidenciar as contas ambientais: a primeira, através da estrutura tradicional do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados, incluindo-se as contas de natureza ambiental; e a segunda, através de uma Demonstração Ambiental, segregando-se dados econômicos e financeiros relacionados à área ambiental, objetivando, somente, refletir os esforços para amenizar seus impactos sobre o patrimônio ecológico e mostrando, também, dados de natureza física.

Objetivando melhorar a contabilidade e a apresentação de relatórios contábeis sobre as medidas ambientais, estudo da Nações Unidas (1991, apud TINOCO, 2001) recomendou a inclusão de informações de natureza ambientais no Relatório da Administração, bem como nas Notas Explicativas, descrevendo-se nestas as normas adotadas para contabilizar medidas de proteção do meio ambiente.

Os investimentos e gastos realizados pelas companhias devem ser divulgados, com vistas a manter a sociedade informada sobre a postura de seus administradores e proprietários em relação ao meio ambiente. A divulgação destas ações é extremamente importante, levando, por consequência, a uma melhoria da imagem institucional.

As organizações que lidam com recursos públicos precisam prestar contas de suas ações à comunidade, tornando possível calcular o esforço feito pelo poder público na execução de programas e políticas sociais e permitindo um controle social mais efetivo, tendo o cidadão muito mais condições de cobrar, exigir e fiscalizar.

Contudo, as dificuldades experimentadas pelas empresas privadas acontecem, até com maior intensidade, nas organizações públicas, especialmente aquelas regidas pela Lei 4.320/64, que adota sistemática completamente diversa da utilizada pela iniciativa privada, com balanços e demonstrativos que não possuem, em seu plano de contas, previsão para esta espécie de registro.

7. Linguagem das Informações Contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas e divulgadas com o objetivo de trazer ao conhecimento dos acionistas e dos demais interessados a posição patrimonial e financeira da companhia, os resultados de suas operações, os seus fluxos de fundos e as mutações patrimoniais ocorridas no período.

Acredita-se que o público investidor necessite compreender as informações preparadas e divulgadas pelas companhias, de forma que possa tomar decisões econômicas racionais dentro da análise de tendências e propensão ao risco, além de desfrutar integralmente da proteção assegurada pela legislação societária.

Nessa linha, crê-se ser responsabilidade dos gestores a construção de textos compreensíveis e amigáveis nas demonstrações contábeis, cuja compreensão seja simples e direta, para atingir com eficiência ao público a quem são destinados.

Assim, as informações produzidas e divulgadas pelas companhias abertas, especialmente aquelas constantes das Demonstrações Contábeis, do Relatório da Administração e dos Relatórios e Pareceres de Auditoria Independente, formulários eletrônicos IAN e ITR, devem estar redigidas de forma clara e simples, permitindo sua compreensão pelo leitor médio.

Devem ser evitadas expressões cujo entendimento pressuponha conhecimento muito específico, afeto apenas àquelas pessoas que lidam exclusivamente com assuntos contábeis

e/ou financeiros. Uso de estrangeirismos ou de jargões (próprios de setores de negócios, de finanças ou de contabilidade) só deve ser tolerado quando todas as alternativas simplificadoras forem impróprias.

Os gestores das empresas devem zelar para que o conjunto das demonstrações contábeis se constitua em peça que permita o conhecimento da atual situação da companhia e os fatos e eventos ocorridos que levaram à apuração dos resultados e das mutações ocorridas no período.

Demonstrações Contábeis são mecanismos de comunicação, tão eficazes (ou ineficazes) quanto sua capacidade de atingir a percepção daqueles a quem tal comunicação se destina. Para essa finalidade, deve-se considerar se o aumento do volume e a complexidade do texto contribuam de fato para a relevância desses relatórios.

8. Apresentação dos Dados, Análise dos Resultados e Conclusão

Categoria de gastos ambientais	Nº de empresas que divulgaram	Percentual de empresas que divulgaram
1. Tratamento de emissões de resíduos		
a. depreciação do equipamento	17	41,46
b. materiais auxiliares e de manutenção e serviços	15	36,58
c. pessoal	22	53,66
d. taxas, impostos e encargos	3	7,31
e. multas e penalidades	0	-
f. seguro e responsabilidades ambientais	31	75,61
g. provisão para custos de descontaminação e remediação	35	85,36
2. Prevenção e gestão ambiental		
a. serviços externos de gestão ambiental	39	95,12
b. pessoal para atividades gerais de gestão ambiental	39	95,12
c. investigação e desenvolvimento	27	65,85
d. despesas extra de tecnologias de produção mais limpa	24	58,53
e. outros custos de gestão ambiental	14	34,14
3. Custos de processamento do <i>output</i> não-produto		
a. matérias-primas	12	29,27
b. embalagens	9	21,95
c. matérias secundárias	15	36,58
d. matérias auxiliares	18	43,90
e. energia	13	30,71
f. água	13	30,71

Fonte: (Adaptado da Divisão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, 2000)

Tabela 1 – Número e percentual de empresas que evidenciam informações ambientais

Tem-se observado que segmentos sociais têm encorajado a adoção e evidenciação de medidas de prevenção de danos ambientais, além daquelas exigidas pelos órgãos reguladores. Exigências, imposições sociais e mercadológicas fazem com que empresas se preocupem cada vez mais com a adoção de medidas de contenção da degradação ambiental, tornando suas próprias tecnologias de produção mais limpas e produtos ambientalmente mais adequados.

Observa-se, no entanto que, apesar de existir uma mudança nas tradicionais estratégias de prevenção e evidenciação dos gastos ambientais, tal ocorre de forma lenta, mas paulatina.

Analisou-se, neste trabalho, informações de programas ambientais colhidas nos *websites* da BOVESPA e das empresas, separadamente. Pesquisou-se igualmente nos relatórios anuais das empresas, nos pareceres de auditoria, balanços sociais, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, comunicações das empresas ao mercado e em nas

informações colhidas na imprensa especializada. Pesquisou-se ainda nas informações arquivadas na *Securities and Exchange Commission*, SEC, das empresas estudadas; as informações arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários, além dos relatórios ambientais e de sustentabilidade do ano de 2004 das empresas-objetos deste estudo.

Das empresas analisadas, somente a Petrobrás evidencia informações em profusão sobre gastos ambientais, demonstrando preocupação com a prevenção e a solução dos problemas ambientais. Outras empresas nada mencionam em seus relatórios (Ipiranga, Varig, Telefônica, Telemar, Frax-le Itausa, Unibanco, Perdigão e Sadia), evidenciando distanciamento das questões ambientais em seus relatórios, quando medido pelas variáveis desta pesquisa. Verifica-se empresas que mencionam questões ambientais, sem quantificá-las (Gerdau, Aracruz Celulose, Embraer, Bunge, Brasil Telecom, Copel, Eletropaulo, Marcopolo, e Randon).

A pesquisa mostra que, nas empresas Petrobrás, Tractebel, Sabesp, CEG, Vale do Rio Doce Cia Energética de Minas Gerais, Cia de Transmissão Energia Elétrica Paulista, CPFL Energia e Centrais Elétricas de Santa Catarina, as informações e gastos de cunho ambiental são evidenciadas e quantificadas.

Pode-se perceber na Tabela 1 que as empresas evidenciam as informações ambientais diferenciadamente. Assim, em algumas empresas tais informações são evidenciadas em Notas Explicativas e no Relatório Ambiental, enquanto a maioria dispõe essas informações no Balanço Social. Essa falta de uniformidade com a evidenciação das informações ambientais dificulta a comparabilidade das empresas no tocante às referidas informações.

Este trabalho responde às perguntas formuladas na Introdução, quando identifica e evidencia, na Tabela 1, os gastos ambientais das empresas estudadas e as formas como estão dispostas nos relatórios analisados.

Observa-se que os assuntos relacionados com a sustentabilidade ambiental têm tornado fator relevante de análise para as agências de *rating* internacionais. As empresas de investimentos estão interessadas em saber como as investidas lidam e se preocupam, no presente e no futuro, com aquelas questões.

Assim, acredita-se que, cada vez mais, os investidores investem em companhias que praticam a evidenciação plena (*full disclosure*) em seus relatórios. O item “transparência de informações” torna-se fator relevante na vida das grandes empresas. Elaborar relatórios ambientais informativos e de confiança tem sido um desafio para a gestão empresarial.

Referências

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Tekeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. *Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Makron Books, 2000.

CARVALHO, L. Nelson de, *Contabilidade & Ecologia: Uma Exigência que se Impõe*, Revista Brasileira de Contabilidade, nº 75, ano XX, abril/jun/93, p. 20-25.

HENDRIKSEN, Eldon S. BRENDA, Michael F Van. *Teoria da Contabilidade*. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDUCIBUS, Sergio de. *Teoria da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ISO 14000 *Sistema Gestão Ambiental*. Disponível em:

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/iso.html>. Acesso em 23/05/2005.

ISO 14001. *Sistema Gestão Ambiental*. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/kits/nitdicor059r00.doc>. Acesso em 23/05/2005.

MACEDO, R. K. de, *Gestão Ambiental - Os Instrumentos Básicos para a Gestão Ambiental de Territórios e de Unidades Produtivas*. ABES: AIDIS. Rio de Janeiro. vRJ. 1994.

MARTINS, Eliseu et al. *Manual das Sociedades por Ações*. 4ª ed. São Paulo. Atlas, 1999.

NORSH HYDRO ASA. Demerger Information Memorandum. Disponível em:

http://www.agri.hydro.no/library/attachments/en/investor_relations/demerger_info_memo.pdf#search='Norsk%20Hydro%20ASA'. Acesso em 23/05/2005.

OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP Nº 01/2005. Disponível: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em 27/05/2005.

ONU – The Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting. *Objectives and Concepts Underlying Financial Statements*. New York: United Nations Publications, 1989.

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. Passivo ambiental. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF: ano 29, nº 126, p.08-19, nov/dez.2000.

TINOCO, J. E. P. *Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

UNCTAD-ISAR. "Report – Environmental Financial Accounting". November 1997